

# A CULTURA DA PRAIA: URBANIZAÇÃO, SOCIABILIDADE E LAZER NO BRASIL, 1840- 1940

Resultado de investigação finalizada

Grupo de Trabalho Nº 23 – Sociologia do esporte, lazer e tempo livre

Rita de Cássia Barbosa de Araújo

## Resumo

Entre 1840 e 1940, as praias brasileiras se converteram em espaço destinado à cura medicinal, ao recreio e ao descanso coletivos, à prática de esportes, ao consumo de massa e à vivência da sociabilidade e do lazer. Lugar onde se manifestavam costumes, comportamentos, concepções morais e atitudes singulares para com o corpo. As mudanças históricas ocorridas nos espaços das praias estiveram associadas às transformações sociais, econômicas e culturais verificadas nos grandes centros urbanos. O modo de viver urbano projetou-se sobre as áreas de praias, inspirando formas de convívio, relações entre gêneros e grupos sociais, modos e modas de estar à beira mar. As praias passaram a traduzir, então, modernidade, saúde, juventude, valores e estilos de vida burgueses citadinos.

**Palavras chaves:** Lazer, Praias, Urbanização,

Os viajantes estrangeiros que estiveram em Pernambuco, na primeira metade do século XIX, impressionaram-se com a paisagem avistada ao longo da linha da costa. Seus olhos se encantaram com o que traduziram por tom pitoresco, romântico e selvagem da cena tropical. O inglês Henry Koster, saindo do Recife em direção ao litoral norte, comentou: “Esses coqueirais, através dos quais o olhar alcança lonjuras, e as choupanas, feitas inteiramente de palhas das mesmas árvores, situadas entre elas, formam recanto e visão muito pitoresca.” E continuava: “Quando o vento é forte, o sussurro das palmas dos coqueiros e o rumor das ondas aumentam o encanto à cena selvagem.”<sup>1</sup> Em 1840, o engenheiro francês Louis-Léger Vauthier também observara o modo de ocupação das zonas de praias: “Do Rio Doce a Maria Farinha, a costa é extremamente baixa. É coberta de coqueiros e marginada quase continuamente de casas de pescadores.” (Vauthier, 1940, p. 108). O reverendo Daniel Kidder, ao visitar a Ilha de Itamaracá, situada no litoral norte de Pernambuco, no final dos anos 1830, anotou:

“No dia seguinte avançamos, a cavalo, cerca de duas milhas ao longo da praia meridional da ilha [de Itamaracá], ora passando por veredas coleantes entre cabanas, ora pela areia branca da praia. Por todo o trajeto as casinhas se sucediam com certa regularidade. Já no dia anterior tínhamos observado a mesma cousa a cerca de milha e meia ao poente. Assim, pode-se dizer que toda a praia oriental da Itamaracá está coberta de habitações protegidas pela sombra de um só coqueiral imenso, contínuo”. (Kidder, 1980, 121)

---

<sup>1</sup> KOSTER, Henri. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura – Governo do Estado de Pernambuco, 1978. p. 234. Henry Koster chegou ao Recife em 7 de dezembro de 1809, retornando à Inglaterra em 1815. No ano seguinte, voltou a Pernambuco, vindo a falecer em data imprecisa, mas, provavelmente em 1820.

Estreitamente ligadas à economia rural voltada para o então debilitado mercado interno, imprestáveis ao cultivo da rendosa cana de açúcar, as terras que margeavam as praias eram ocupadas pelos sítios de coqueiros e pelos povoados de pescadores, que deram vida e forma à paisagem secular que se firmou naquelas paragens e que, em algumas áreas do atual Nordeste brasileiro, perdurou, quase intocável, até o início da segunda metade do século XX. Pelo menos desde o século XVIII, as terras da costa litorânea da então província de Pernambuco, principalmente as localizadas ao norte do Recife, já estavam densamente povoadas. A propriedade das terras, entretanto, não pertencia aos pescadores, aos jangadeiros e aos moradores e rendeiros dos sítios de coqueiros, mas aos grandes proprietários de engenho de cana de açúcar, cujas possessões se alongavam até a beira da praia; às câmaras municipais ou às diversas ordens, confrarias e irmandades religiosas.

Durante o período colonial e inícios do Império, quando localizadas nas franjas ou nas cercanias dos centros urbanos das vilas e cidades, as áreas de praia tiveram outros usos e outras formas de ocupação. Além das funções portuárias, de comunicação e de defesa militar, as praias, consideradas lugares remotos, costumavam receber as imundícies, os entulhos e o lixo produzidos pelos habitantes das cidades. Serviram, também, de última morada para aqueles rejeitados pela sociedade cristã católica: para os hereges e os negros escravos pagãos cujos corpos eram enterrados quase à superfície da areia.

Por volta de 1840, no entanto, evidenciavam-se os sinais de que a relação que a sociedade colonial havia estabelecido com as águas marinhas e com as praias de mar estava em franco processo de mudança. Como percebera Gilberto Freyre, em 1936, ao lançar um olhar retrospectivo sobre as outrora desprestigiadas áreas de praias:

“A água nobre hoje é a do mar — esse mar nuns lugares tão azul e noutros tão verde que banha as areias do Nordeste. Iemanjá mesma já não é adorada pelos pretos de xangô nas águas dos rios mas principalmente na água do mar. Entretanto, faz pouco mais de um século que essas praias ilustres não eram senão imundície. Faz pouco mais de um século que nelas só se fazia atirar o lixo e o excremento das casas; enterrar negro pagão; se deixar bicho morto; se abandonar esteira de bexiguento ou lençol de doente da peste”. (Freyre, 1989, p. 65)

O processo de “enobrecimento” das águas salgadas do mar e das faixas de praia da costa brasileira se torna inteligível quando relacionado às transformações urbanas, ao crescimento e à modernização das cidades litorâneas brasileiras, que se intensificaram em meados do século XIX, e quando associado, também, ao aburguesamento cultural das elites cidadinas e à evolução do conhecimento médico-científico. Na década de 1840, as grandes cidades brasileiras, como o Recife, funcionavam como centro político-administrativos e como polos urbano-comerciais responsáveis pela articulação entre os segmentos da economia interna e entre a economia brasileira e as economias centrais. Embora o campo mantivesse a secular hegemonia política e econômica sobre a cidade, era nos espaços urbanos que se davam a comercialização dos produtos para a exportação e a monetarização da economia brasileira, e onde a estrutura social apresentava maiores diferenciações, a despeito de o Brasil continuar a ser uma sociedade escravocrata. As cidades também favoreciam a troca de ideias, informações e conhecimentos oriundos de várias partes do país e do mundo. Membros das camadas de elite e da ainda rala classe média do Recife mostravam-se abertos para assimilar determinados costumes, modas, valores, atitudes e padrões comportamentais de inspiração burguesa europeia; bem como para acolher ideias políticas, econômicas, científicas e filosóficas em voga nos países capitalistas centrais, assimilando-as e adaptando-as a serviço de seus interesses de classe social ou de grupo político.

Novos espaços e equipamentos urbanos e novos serviços públicos e privados surgiam para fomentar os recreios e a sociabilidade de inspiração burguesa cidadina: os teatros e salões, as associações recreativas, as partidas e reuniões noturnas em casas de famílias, rebatizadas de *soirée* pela gente abastada que se pretendia civilizada e moderna, afinada com os sofisticados gostos e maneiras da sociedade europeia, da francesa em especial.

O saber científico, o lento avanço do conhecimento das propriedades físicas e químicas da água do mar — e de suas variações conforme os climas, os ventos, as latitudes, as topografias, a vizinhança com as águas doces dos rios e lagos, dentre outros —, e de como elas atuavam sobre o corpo humano, por meio do uso de banhos ou da ingestão do líquido, foi um dos principais responsáveis pela construção de novos sentidos para as praias e por aproximar a população urbana das águas do mar. A recomendação profilática dos usos de banhos salgados derivava das teorias científicas, das experiências e dos resultados obtidos com a aplicação do método hidroterápico sobre os fracos e doentes. Um saber originado e desenvolvido na Europa, principalmente na Inglaterra, Alemanha, Áustria e França.

A imprensa e as publicações especializadas em medicina, mas de leitura e linguagem acessíveis “às pessoas estranhas às artes de curar”, tiveram papel preponderante na popularização desse saber médico e, por consequência, na implantação do costume dos banhos salgados entre a população urbana das cidades brasileiras, Recife e Olinda entre elas. O *Dicionário de medicina popular*, de Luiz Chernoviz (1878), à venda em 1843, estimulava o uso medicinal dos banhos salgados e falava dos benefícios trazidos à saúde pelo contato do corpo com o sal, com o iodo e com as brisas marinhas. Nesse mesmo ano, o doutor Manoel Pereira Teixeira publicou artigo nos *Anais de Medicina Pernambucana*, em que defendia o uso dos banhos salgados, de tão fácil acesso aos moradores da litorânea e portuária Recife:

“Muito proveitoso seria que os habitantes deste país fizessem frequente uso dos banhos frios, e em particular dos de mar, durante a estação de verão. Aqui na Cidade fácil é tomar esses banhos pela proximidade do mar, e por meio deles talvez se diminuíssem muitas das moléstias horrorosas, que tão frequentes são aqui. Se esta Sociedade entender que isto será de proveito público, ficaremos na obrigação de aconselhar esses meios”. (Teixeira, 1977, p. 63-75)

Muitas e variadas eram as moléstias que os médicos acreditavam passíveis de cura pelo emprego da talassoterapia: amolecimento da medula espinhal, atrofia muscular progressiva, brotoeja, cachexia, cachexia sífilítica, cancro do testículo, cárie (moléstia dos ossos), cárie vertebral ou mal de Pott, catalepsia, cloroses, corcova, diabete, elefantíase, erisipela, escrófulas, flores brancas, menstruação (regularizar), raquitismo, tinhas e tísica. Recomendava-se a adoção de banhos frescos de mar ou de rio, acompanhados de distrações tidas como higiênicas — viagens, navegação, passeio, carreira, esgrima, caça, natação, jogos de bilhar, dança, a quadrilha e a valsa principalmente, música ligeira, pintura e os espetáculos — aos que sofriam de melancolia ou viviam atemorizados por pesadelos, aos hipocondríacos, às histéricas e aos que atravessavam a puberdade, inquietos e sombrios.

Em 1844, o crítico de costume padre Lopes Gama, atento às mudanças que se processavam nos hábitos, comportamentos e gostos das elites urbanas recifenses, comentava: “Em uma cidade como a nossa, torneada de rios tão amenos e aprazíveis os banhos entraram no gosto da população [...]. Todavia, ouço dizer que presentemente estão mais em voga os banhos de mar...” Por meio do seu *O Carapuceiro – periódico sempre moral, e só por acidente político*, perguntava-se sobre qual seria a

verdadeira motivação para aquela alteração de comportamento: “Será por moda ou por necessidade?” (Gama, 1983, p. 365)

Os banhos salgados era parte central de um complexo terapêutico e higiênico cuja eficácia dependia do apoio de uma série de outros elementos e outras atividades considerados saudáveis: o clima, a temperatura, o modo de viver, os costumes e a moral, as viagens, as distrações moderadas e os exercícios físicos. Os higienistas criticavam os hábitos sedentários das elites brasileiras e as condições sanitárias dos recintos domésticos, fechados à luz, ao sol e ao ar; fatores que, segundo pensavam, contribuía para uma constituição física fraca e debilitada e propensa a contrair moléstias. Para uma existência saudável, aconselhavam fazer exercícios físicos regularmente e dedicar mais tempo à vida ao ar livre, ter uma alimentação equilibrada, manter o corpo asseado, escolher vestes apropriadas ao clima, dentre outras.

Os prazeres gozados no campo, quer às margens do Capibaribe ou à beira mar, inscreviam-se, então, em um quadro de práticas recreativas das elites mais diversificado em formas, expressões, atividades e lugares. Práticas propulsoras de uma mais vívida sociabilidade entre iguais sociais e entre os sexos, uma vez que o código burguês e civilizado do bom tom, em que procurava instruir-se parte da elite urbana, recomendava que, por ocasião das reuniões sociais entre famílias, homens e mulheres partilhassem do mesmo ambiente e dividissem a conversação entre si. (Araújo, 2007)

Em junho de 1844, foi inaugurada a barca de banhos salgados no Recife. Em junho de 1844. Flutuava próxima à foz do Capibaribe, onde as águas doces do rio e as salgadas do mar se misturavam e se confundiam. O novo estabelecimento de banhos — um dos empreendimentos surgidos em meio ao processo de aburguesamento cultural das elites citadinas e ao surto modernizador que atingiu Pernambuco, durante a administração de Francisco do Rego Barros, entre 1837 e 1844 — destinava-se a uma seleta clientela. Buscava atrair “as famílias respeitáveis” que podiam e queriam pagar para usufruir dos serviços oferecidos pelo estabelecimento de propriedade do inglês José da Maya. Inspirada em similares europeus, além dos banheiros asseados e discretos, a barca dispunha de um café onde as famílias podiam descansar e conversar. A barca de banhos salgados, no entanto, não se firmou na praça do Recife; dela só se ouviu falar até 1851. O Recife viria a conhecer outro estabelecimento de banhos salgados em 1880, ano em que foi instalada a Casa de Banhos dos Arrecifes, que perdurou até 1924, quando um incêndio a destruiu por completo.

O malogro da barca de banhos, em 1851, não significou o fracasso da adoção dos banhos salgados por parte da população. Ao estabelecimento balneário, as famílias de elite e da classe média preferiam se deslocar sazonalmente, durante a estação calmosa do verão, para os subúrbios e arrabaldes ribeirinhos do Recife ou para a vizinha cidade de Olinda. Em 1847, estava para alugar a melhor casa na praia de São Francisco: “não só pela proximidade do mar para o uso dos banhos salgados, como pelos seus cômodos (...)” (Diário de Pernambuco, 1847). Dois anos depois, alugava-se “um sobrado com muitos cômodos e muito bom para se passar a festa, por estar perto do banho, tanto salgado como doce, por ser no lugar Varadouro, defronte do porto das canoas em Olinda (...)” (Diário de Pernambuco, 1849). A procura crescente por casas para alugar, durante a temporada de festa e de verão, provocou a expansão urbana de Olinda em direção à beira mar. No último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do XX, as áreas do município próximas às praias tiveram seu processo de ocupação adensado: desde o Istmo, passando pela igreja dos Milagres, alcançando o Carmo, São Francisco, até chegar ao Farol.

Na década de 1860, os banhos salgados nas praias de Olinda estavam na ordem do dia. As águas marinhas recebiam os doentes dos nervos e os corpos flácidos e enfraquecidos de uma gente oriunda da classe ociosa, desacostumada aos exercícios físicos e desabituada a fazer esforço muscular. Indivíduos que depositavam a esperança de cura dos seus males, nas águas iodadas do mar. Mas havia indícios de que os praticantes dos banhos salgados começavam, timidamente, a extrapolar as fronteiras médicas,

procurando-os não apenas para o restabelecimento da saúde, mas também como meio de comodidade, de bem estar ou mesmo como um novo gênero de esporte. Os versos bem-humorados do Sineiro da Sé, poeta de Olinda, registravam essa tendência:

[...]  
 Banhos salgados de Olinda,  
 Hoje é ordem do dia;  
 Servem para hipocondria,  
 Pra dores do coração  
 Pra qualquer forte emoção!  
 [...]  
 Devendo agora notar-se  
 Que a maior parte da gente  
 É sadia e não doente  
 Havendo muitas deidades  
 Meninas de qualidade.  
 [...]  
 Que belo quadro na praia!  
 Vê-se a ida e vê-se a volta  
 De Iaiazinha que solta,  
 Os cabelos anelados  
 Da água do mar molhados.  
 [...]  
 Vê-se Dondon engraçada,  
 De fofinha de flanela  
 Azulada ou amarela,  
 Do fraquezinho bordado  
 Fugindo do mar irado.<sup>2</sup>

As fofinhas de flanela e os fraquezinhos bordados com que as sinhazinhas iam aos banhos salgados entre os finais do século XIX e inícios do XX, passaram a ser considerados anti-higiênicos e antiestéticos a partir dos anos de 1910. Recorria-se aos argumentos higiênicos e terapêuticos para estimular o uso de novos modelos de trajes de banho, mais cômodos, que não tolhessem os movimentos físicos do corpo nem os vetasse de receber os benéficos raios de sol.

Os apelos da higiene, no entanto, não se dirigiam a todos os segmentos da sociedade. Buscava-se sensibilizar e convencer especialmente aquelas camadas que, livres dos afazeres diários, pesados e repetitivos do trabalho manual, distanciavam-se cada vez mais do que se considerava uma vida natural e primitiva. Os habitantes das cidades, principalmente os das elites, diziam os médicos e higienistas, levavam uma existência artificial, cercada de luxo, além de se entregarem à indolência do corpo e do espírito. Para essas frações ociosas da elite, o desejado reencontro com a natureza poderia ser alcançado por meio da disciplina do corpo, do esforço contínuo da ginástica e dos esportes, e por um maior tempo passado em espaços abertos e de natureza primitiva.

---

<sup>2</sup> Os versos do poeta foram originalmente publicados no *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 de janeiro de 1866 e reproduzidos In: Mello, José Antônio Gonsalves de. *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste(1840-1889)*, Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro S. A., 1975, v. 1, p. 386.

Essas atividades associadas a um novo estilo de vida passaram ser consideradas formas nobres e elegantes de ocupar o tempo livre, sendo identificadas pela sociedade como um privilégio da classe ociosa. O tempo livre dedicado ao treinamento do corpo e ao condicionamento físico corporificava-se e se tornava visível na exibição de músculos fortes e vigorosos, traduzidos por energia e altivez corporais. A aparência física forte, robusta e corada, tornava-se, em si mesma, uma insígnia de classe. Exibir um físico hercúleo assinalava as diferenças não apenas entre este ou aquele estilo de vida, mas as desigualdades existentes entre as classes sociais no interior de uma mesma sociedade. Associados às mudanças nos hábitos, comportamentos e preceitos morais de certas camadas ou mesmo de determinados grupos sociais, surgiam novos valores estéticos em relação ao corpo e ao vestuário, modificavam-se conceitos sobre moda e elegância, alteravam-se os gostos. Ao findar o século XIX, já estavam demarcadas algumas das tendências que predominariam nas sociedades capitalistas modernas em relação às questões de estética e hábitos corporais.

Ao principiar a segunda década do século XX, tornavam-se evidentes as mudanças que se estavam processando na prevalência dos usos e sentidos coletivos atribuídos ao mar e às praias de banho. Ou seja, os usos predominantemente terapêuticos e higiênicos do espaço litorâneo, bem como as formas de sociabilidade que lhes eram correspondentes, perdiam força, sem que aqueles fossem, no entanto, jamais, abandonados. Cediam terreno para a exploração de atividades esportivas, lúdicas e recreativas, para horas de descanso e repouso e para curtos espetáculos feitos de exibições pessoais. Essas práticas engendraram novas formas de convivência social e percepção do ambiente social das praias. O primado da talassoterapia cedia lugar para a supremacia daquilo que, finalmente, recebeu o nome de lazer, mas que, à época, ainda não era comumente designado como tal.

As praias, os modos de estar, de vestir-se e de se comportar à beira mar constituíram-se em práticas, atitudes e expressão de um viver moderno. Mas a provinciana Olinda não correspondia ao ideal de elegância e de modernidade pretendido pelas elites, para Pernambuco e o Recife, em vias de industrialização. A partir da década de 1920, a primazia das praias de Pernambuco coube às praias situadas ao sul do porto do Recife: Pina e Boa Viagem. O governo do estado, sob administração de Sérgio Loreto, executou um ambicioso plano de intervenção urbanística nos bairros homônimos, dotando-os dos mais modernos equipamentos e serviços urbanos, como água encanada, rede de esgoto, luz e bondes elétricos, telefone, saneamento e canalização do rio Jordão e córregos, e dessecação dos pântanos. As obras de melhoramentos incluíam, também, a construção de um complexo viário que compreendia uma ponte e três avenidas, todas calçadas e arborizadas, com postes de concreto armado e canalização para escoamento das águas pluviais. A Avenida Beira-Mar era o carro-chefe desse cortejo majestoso de obras e vias públicas. Além disso, planejava-se construir mais oito quilômetros de muralha destinados à sustentação dos passeios do lado do mar, contendo rampas de acesso à praia a cada duzentos metros.

Em outubro de 1924, por ocasião das festas de inauguração das avenidas Cabanga e Ligação, o entusiasta veranista Eugênio de Almeida, que tanto se empenhara por promover alguns melhoramentos na praia de Boa Viagem, discursava perante uma seleta assistência como representante dos habitantes do lugar:

A avenida Boa Viagem excede a tudo quanto se possa imaginar em grandeza e beleza. Dentro de poucos anos ela estará ornada de prédios e com ela terá Recife seu mais belo passeio. Não se compreende uma cidade marítima moderna sem uma confortável praia de banhos. É bem conhecido o valor do banho de mar e, por isso, se repete anualmente o deslocamento de milhares de pessoas das cidades do interior para as praias. (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1924)

As praias do Pina e de Boa Viagem, modernizadas e contornadas pela avenida, transformavam-se em agradável lugar de passeio, acessível, agora, a um público mais vasto. A construção da nova via abria outra perspectiva de vista, descortinava uma paisagem até então desconhecida da maioria dos habitantes e visitantes do Recife. A avenida cumpria, assim, a sua função estética de embelezamento. Na beira do mar, embelezar significava domesticar a natureza, mas sem agredi-la. Antes, procurando tirar vantagens do encanto natural da paisagem, incorporando-o à obra de engenharia. A avenida criava um novo ambiente para a vivência do prazer, da diversão e da sociabilidade. A cidade ganhava um espaço para desenvolver experiências marcantes e inusitadas, como trafegar de automóvel com a brisa forte soprando nas faces.

As praias passavam a ser entendidas, também, como lugar e expressão de cultura, como um espaço privilegiado para a sociedade urbana, moderna e industrializada — restrita aqui, é importante frisar, ainda, às suas classes e aos grupos sociais dominantes —, manifestar seus mais caros valores, sentimentos, ideologias, suas posses e riquezas. Lugar que se abria para a vivência de práticas, de comportamentos e da sociabilidade bem de acordo com os moldes e padrões modernos, burgueses e citadinos: “As praias de banho, como os jardins, os cinemas, os teatros fazem parte da vida elegante da cidade”, disse um cronista da década de 1920. . (Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1924)

À medida, porém, que se consolidavam como lugar de recreio e descanso, que atraíam novas moradas, atividades econômicas, novos serviços e equipamentos urbanos, as praias adquiriam relativa autonomia frente ao núcleo urbano. Autonomia que se expressava, sobretudo, no domínio da cultura, mais precisamente na moral, no comportamento, na representação e na relação com o corpo e nas formas de convívio grupal e entre os sexos. As alterações, manifestadas nos trajes de banho, com o desnudamento gradual dos corpos, e nos modos de se portar à beira-mar, liberando gestos e movimentos, constituíam fortes indícios de que se estava caminhando para o estabelecimento de uma cultura própria àquele microuniverso.

Foi nesse sentido que o antropólogo Thales de Azevedo defendeu a existência de uma “cultura da praia”, por ele constatada no viver cotidiano, embasado, porém, na perspectiva das transformações históricas do fenômeno: “A praia produz uma cultura, um modo de viver, mesmo uma ética pelos quais muitos pautam a existência e as cidades costeiras orientam seus crescimentos.” (Azevedo, 1988, p. 31) Consolidada, a cultura da praia passava a traduzir e expressar modernidade, saúde e juventude, valores e estilos de vida burgueses, sendo reconhecida como insígnia de classe, índice de *status* e sinal de prestígio, a princípio da elite cidadina, mas, depois, extensiva a outras classes e grupos sociais.

Passados cerca de dois séculos desde as primeiras recomendações médicas para que a população brasileira fizesse uso terapêutico das águas salgadas do mar, a cultura da praia, como a chamou o antropólogo soteropolitano, fortaleceu-se e se generalizou, instituindo modelos de comportamentos, modas e padrão estético corporal. No transcurso do século XX, assistimos à consagração das praias, e por extensão de quase toda a zona do litoral brasileiro e do pernambucano, em particular, como espaços extremamente dinâmicos e econômica e socialmente valorizados, de usos os mais diversificados e para os quais são atribuídos significados vários. Lugares de indiscutível importância para a sociedade brasileira, uma vez que a maioria de suas grandes cidades e metrópoles está situada à beira mar ou próxima à costa. As praias e o litoral constituem áreas de intensa produção, circulação e consumo de mercadorias, nas quais, além da exploração dos recursos marinhos e das tradicionais funções portuárias, destacam-se os setores das indústrias imobiliária, turística e da moda, e um movimentado comércio informal. As praias sobressaem, ainda, por ser espaço privilegiado para vivência do lazer e da sociabilidade em múltiplas formas e expressões. Nas suas areias, águas rasas e arredores, manifestam-se costumes, comportamentos e concepções morais, consensuais ou conflitantes, assim como certas atitudes para com o corpo se revelam de forma bastante visível e particularizada. Estabelecida sua

dinâmica própria, as praias e o estilo de vida associado reincidentem sobre o “mundo externo” que a gerara.

## BIBLIOGRAFIA

Araújo, Rita de Cássia Barbosa de. *As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

Azevedo, Thales de. *A praia, espaço de socialidade*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1988.

Chernoviz, Luís Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das ciências acessórias para suo das famílias contendo a descrição das causas, syntomas e tratamento das moléstias...* 5. ed. Paris, 1878, 2 v.

DIARIO de Pernambuco. (1847, 20 de fevereiro, p.3; (1849, 6 de outubro, p. 3).

DIARIO Oficial do Estado de Pernambuco. As festas de ontem (1924, 21 de outubro, p. 1003); As nossas praias (1924, 3 de dezembro, p 1262).

Gama, Miguel do Sacramento Lopes. Os banhos no tempo de festa. *O Carapuceiro – periódico sempre moral, e só por acidente político*. Recife, 23 jan, 1844. In: Mello, José Antônio Gonsalves de. (Org.). *Diario de Pernambuco: economia e sociedade no 2º reinado*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1996.

Freyre, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record. 6. ed. 1989

Kidder, Daniel P. (1980). *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

Koster, Henri. (1978). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura – Governo do Estado de Pernambuco.

Mello, José Antônio Gonsalves de (Org.). *Diario de Pernambuco: economia e sociedade no 2º reinado*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1996.

\_\_\_\_\_ (Org.). Mello, José Antônio Gonsalves de. *O Diario de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)*, Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro S. A., 1975, 2 v.

Teixeira, Manuel Pereira. Memória sobre as causas prováveis da freqüência do hidrolece nesta Cidade do Recife. In *Annaes da Medicina Pernambucana...* Recife, ano I, n. II, fev. 1843 In: *Annaes da Medicina Pernambucana 1842-1844*. Edição Fac-similar. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977

Vauthier, Louis Lérger. (1940). *Diário íntimo do engenheiro Vauthier 1840 – 1846*. Prefácio e notas de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Cultura.

Sineiro da Sé. DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 3 jan. 1866 apud MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste...*, v. I, p. 385-391.